

JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XXI - Edição 114 - JUNHO 2020

TJSE no combate ao coronavírus

PODER JUDICIÁRIO
CENTRO ADMINISTRATIVO
DES. ANTÔNIO GOES





- CURSOS PARA MAGISTRADOS -

- CURSOS PARA SERVIDORES -

- CURSOS PARA O PÚBLICO EXTERNO -



3226-3318/3166/3364
www.tjse.jus.br/ejuse/

ejuseadministrativo@tjse.jus.br
ejusemagistrado@tjse.jus.br
ejuseexterno@tjse.jus.br
ejuseservidor@tjse.jus.br
ejuserevista@tjse.jus.br
ejusepos@tjse.jus.br

Nesta edição

Editorial

Quando 2020 começou, quem poderia imaginar o mundo paralisado por uma pandemia? Apesar do ritmo bem diferente imposto pelo coronavírus, a 'Justiça não para'. A frase, usada com uma hashtag, foi adotada pelo Judiciário de todo país para mostrar que os processos continuaram em andamento e que magistrados e servidores, mesmo trabalhando de casa, não deixaram de prestar à sociedade seus serviços.

E a Comunicação do TJSE também não parou. Certo que tivemos que nos 'reinventarmos', palavra tão utilizada nessa quarentena. As entrevistas do Programa de TV Sergipe Justiça passaram a ser feitas a distância, com a solidariedade dos entrevistados, que compreenderam o momento e estão enviando para a equipe vídeos gravados em casa.

Já a Revista *Judiciarium* traz uma edição especial, com um apanhado das ações que foram adotadas pelo TJSE para evitar a disseminação da Covid-19 desde o início do trabalho remoto, em 19 de março. Teve casamento a distância, sessões virtuais e por videoconferência, magistrados participando de lives, pagamento de precatórios e inúmeras ações para proteção da saúde do servidor. Boa leitura!

Luciano Araújo
Diretor de Comunicação do TJSE



04

Entrevista: Presidente fala sobre ações do TJSE durante pandemia



08

Adaptação: Sessões virtuais e por videoconferência são realidade no TJSE

- 11 Produtividade:** Número de julgamentos e alvarás
- 12 Justiça Social:** penas pecuniárias para combate à Covid-19
- 18 Lives:** Magistrados falam sobre ações do TJSE
- 21 Qualificação:** Cursos da Ejuse para servidores e magistrados
- 22 Com Saúde Não Se Brinca:** Nova rotina na volta ao trabalho
- 26 Vivas Memórias:** Des. José Artêmio Barreto
- 29 Artigo:** Borboletas – Sua metamorfose e a Covid-19, Des. Edson Ulisses
- 31 Poesia:** O tempo, Maria Norma Fontes Vieira

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor de Comunicação **LUCIANO ARAUJO**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**

Reportagens **JANAINA CRUZ, DENISE RODRIGUES**

Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Projeto gráfico **GEYZON AMARAL**

Editoração eletrônica **JEAN CARLO DA SILVA**

Revisão **RONALDSON SOUSA**

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

A portrait of Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, a middle-aged man with grey hair and glasses, wearing a dark suit, light blue shirt, and a dark tie with small colorful dots. He is looking directly at the camera with a serious expression. The background is slightly blurred, showing several flags, including the Brazilian flag and the flag of the Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE).

ENTREVISTA

A Justiça tem se esforçado e o Tribunal de Sergipe não parou

A Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho fala sobre as ações adotadas pelo TJSE desde o início da pandemia para continuar atendendo à população e, ao mesmo tempo, preservando a saúde de servidores, magistrados

Medidas de contenção de gastos, criação do Gabinete de Crise, implantação de sessões virtuais e por videoconferência foram apenas algumas das medidas adotadas pelo Tribunal de Justiça de Sergipe diante da pandemia da Covid-19. Nesta entrevista, o Presidente do TJSE, Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, fala sobre todas essas ações e deixa uma mensagem de esperança para magistrados e servidores. Confira!

Quais foram as primeiras medidas adotadas pelo Tribunal após o distanciamento social imposto pela pandemia?

O Tribunal de Justiça de Sergipe vem se esforçando ao máximo para que suas atividades tenham o ritmo necessário de atendimento à população. Nesse sentido, diversas Portarias foram publicadas para regulamentar as atividades administrativas e judiciais, mas sempre preservando a saúde dos magistrados, dos servidores e da população de um modo geral. Em razão disso, desde o início da pandemia, no dia 12 de março, foi baixada uma Portaria Conjunta com as medidas visando evitar o contágio pelo novo coronavírus e, assim, preservando a saúde de todos. Posteriormente, no dia 18 de março, em função da pandemia já estabelecida, foi baixada a Portaria Conjunta nº 13/2020, que estabeleceu o regime de trabalho remoto integral, ou seja, todas as atividades do Judiciário passaram a ser realizadas remotamente, através dos sistemas judicial e administrativo, ressaltadas aquelas situações em que o trabalho presencial se faz

necessário, como telefonistas e o serviço de protocolo. Mesmo assim, essas atividades passaram a ser realizadas com todos os cuidados, com o uso de equipamentos de proteção individual e num sistema de rodízio para evitar a aglomeração.

Por que criar um Plano de Contingência e quais as principais medidas implementadas?

Uma das mais importantes medidas adotadas pelo Tribunal de Justiça foi a instituição de um Plano de Contingenciamento, na forma que foi regulamentado, principalmente, pela Portaria Conjunta nº 24/2020. A crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 impactou diretamente no cenário econômico de todo o país, ante o fechamento de grande parte do comércio, o que teve fortes reflexos na arrecadação dos impostos, impondo redução de receitas para os entes federativos, inclusive o Estado de Sergipe. Dentro deste cenário, com perda de receita, o Judiciário sergipano se viu obrigado a realizar um contingenciamento de despesas, com cortes principalmente na área administrativa, nos contratos administrativos, de modo a assegurar o pagamento dos subsídios dos magistrados e dos vencimentos dos servidores, bem como a permitir a adequação e manutenção dos serviços administrativos e jurisdicionais do Tribunal de Justiça. Assim, mesmo com corte financeiro na ordem de 10% do repasse a que tem direito por força do seu orçamento, o Judiciário sergipano não parou.

Qual a importância do Gabinete de Crise e que decisões ele já adotou?

O Gabinete de Crise do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe foi criado por meio da Portaria Conjunta nº 24/2020 e tem como finalidade justamente trabalhar junto à Presidência do Tribunal as diversas questões que decorrem da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus. A constituição do Gabinete de Crise alcança a Presidência, a Corregedoria Geral da Justiça e a Direção da Escola Judicial de Sergipe, Desembargadores, Juizes de Direito e técnicos dos diversos setores administrativos do próprio Tribunal. É uma formação plural que permite o olhar conjunto para possibilitar o melhor encaminhamento possível às questões que são levadas ao Gabinete de Crise, destacando-se as prorrogações do prazo do regime de trabalho remoto integral e o estudo para instituição do protocolo de retorno às atividades presenciais do Tribunal. O Gabinete de Crise tem se reunido semanalmente e realizado um excelente trabalho para ajudar o Tribunal a atravessar esse momento difícil que todos nós estamos vivenciando.

Como tem sido a produtividade do TJSE desde o início do trabalho remoto?

Com relação aos números, para se ter uma ideia do que se tem sido feito, a título de exemplo, de 16 de março a 14 de junho, os servidores cumpriram 1.267.598 atos. Os magistrados, por seu turno, emitiram 55.331 sentenças, 43.506 decisões e 196.047 despachos. Também foi

contabilizada a produção administrativa, referente a todos os processos e documentos gerados e recebidos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Nesses três meses de trabalho remoto, foram gerados 4.439 processos e 35.609 documentos; além de 18.414 documentos recebidos via SEI. Ou seja, todos os atos, judiciais e administrativos somam 1.620.944. São números significativos, que demonstram que a Justiça tem se esforçado e que o Tribunal não parou quanto à prestação do seu serviço à população sergipana.

Como ocorreu a decisão para que fossem realizadas sessões virtuais e também por videoconferência?

A atual gestão do Tribunal de Justiça, dando continuidade ao grande trabalho desenvolvido pelas gestões anteriores, já vinha trabalhando na questão das sessões virtuais no 2º grau de jurisdição e também na Turma Recursal. Em função da pandemia, esse trabalho foi acelerado e se promoveu a regulamentação das sessões virtuais e por videoconferência, bem como das realizações de audiência por videoconferência. Quanto à questão da sessão por videoconferência e da sessão virtual, esse projeto teve uma enorme importância para o Tribunal de Justiça, produzindo excelentes resultados. Antes da implementação dessas ferramentas, somente no 2º grau de jurisdição, ou seja, no Tribunal de Justiça, tínhamos cerca de 4.800 processos aguardando julgamento. Só em maio, mais de dois mil desses processos foram julgados. Como o Tribunal de Justiça de Sergipe é reconhecido nacionalmente por sua pro-

dutividade e transparência, esse volume de processos era preocupante. Esse acúmulo poderia trazer um transtorno na volta das atividades presenciais. Mas com a implementação das sessões virtuais e também por videoconferência, houve o encaminhamento desses processos para as sessões de julgamento, o que resultou numa expressiva produtividade.

As sessões virtuais também foram implementadas na Turma Recursal?

Sim, a Turma Recursal avançou na mesma linha, ou seja, buscamos oferecer toda uma estrutura normativa que possibilitasse a realização das suas atividades, permanecendo em funcionamento todo o Judiciário sergipano. É importante destacar que nas sessões virtuais não há o comparecimento físico dos julgadores, partes e advogados. Tudo é feito via sistema. A sessão virtual, deste modo, toma menos tempo dos julgadores, que obviamente podem trabalhar na produção de outros votos e também se preparar para as sessões presenciais por videoconferência, bem como para as sessões presenciais físicas, quando houver o retorno às atividades normais. Por outro lado, quanto à dinâmica da sessão virtual, se houver o pedido de sustentação oral do advogado, esse processo é retirado de pauta e incluído para julgamento na sessão presencial por videoconferência, que se desenrola nos mesmos moldes de uma sessão presencial física tradicional, a qual estamos acostumados. Entre a sessão presencial por videoconferência e a física propriamente dita, é o uso da plataforma que o Conselho Na-

cional de Justiça recomenda e colocou à disposição dos Tribunais, a Cisco Webex, uma plataforma muito boa, de eficiência significativa, que permite todo desenrolar do ato processual.

Então, o julgamento dos processos continua, mesmo com o trabalho remoto?

No TJSE, quase 100% dos processos são eletrônicos. Mas mesmo nos processos físicos, as medidas de urgência são analisadas. Retomamos os julgamentos dentro daquilo que é possível no sentido de preservar o direito das partes, garantir a prerrogativa dos advogados e demais atores do processo. É importante observar que o que pode ser trabalho nesse período de pandemia, está sendo feito. Mas não podemos trazer prejuízo a ninguém. Todos os atos que não puderem ser realizados agora, serão realizados quando do retorno às atividades presenciais. A princípio, todos os processos eletrônicos estão tramitando normalmente, mas quando o ato não pode ser concretizado ou demanda uma situação que traga qualquer impossibilidade, ele é suspenso e realizado posteriormente.

Outra medida do TJSE foi a possibilidade de atermação nos Juizados Especiais. Como isso funciona?

Essa foi uma decisão de grande interesse para população. A atermação nos Juizados Especiais, ou seja, o ato de receber a demanda do cidadão, transformando-a num termo a ser dirigido ao juiz, pode ser feita pelo site do próprio Tribunal de Justiça. Tal questão foi regulamentada recentemente, em

benefício daquelas pessoas que adentram nos Juizados Especiais sem a contratação de um advogado e, que numa situação como a atual têm dificuldade de entrar em contato com advogado ou Defensor Público. A atermação, portanto, pode ser feita via sistema. No site do Tribunal tem um formulário para tal finalidade, que é encaminhada à unidade jurisdicional para possibilitar o andamento do processo. Ou seja, tudo que pode ser feito para que a prestação jurisdicional continue sendo ofertada, está sendo realizado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe.

Como a população pode entrar em contato com o Tribunal de Justiça enquanto durar o trabalho remoto?

Todo e qualquer atendimento é feito via Central Telefônica do Tribunal de Justiça, através dos telefones 3226-3100 e 3226-3500. A parte ou advogado vai ligar e falar com a Vara ou unidade do seu interesse. Foi modificada a forma, mas isso não impede também o peticionamento nos autos dos processos, direcionado ao juízo competente. Se a informação for referente aos plantões judiciais, nos dias úteis e não úteis, partes, advogados, procuradores e representantes da Defensoria Pública e do Ministério Público podem entrar em contato pelo telefone 79 98847-5953.

Qual a mensagem que o senhor deixa para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe?

Antes de uma mensagem, gostaria de deixar aqui meu reconhecimento e meu sentimento de gratidão a todos que integram a máquina do Judiciário sergipano, magistrados e servidores. Estamos todos tra-

balhando em prol da sociedade sergipana. Como mensagem, quero dizer que tudo isso passará, iremos vencer essa batalha e em breve voltaremos a nossas atividades presenciais, com fé em Deus e confiança na Ciência.





Primeira sessão por videoconferência da Câmara Criminal aconteceu em 12 de maio e foi transmitida pelo canal do TJSE no YouTube

Sessões, audiências e até casamentos a distância são realidade no TJSE

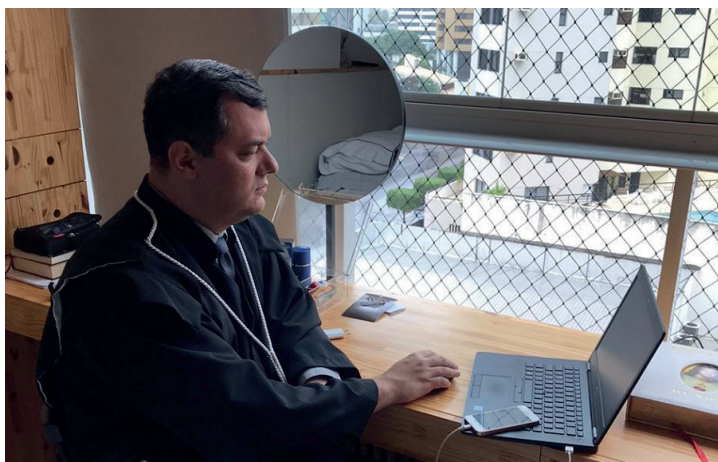
Modalidades começaram a ser desenvolvidas em pouco mais de 30 dias após a suspensão dos trabalhos presenciais

Mesmo com o distanciamento social imposto pelo coronavírus, o Judiciário não deixou de oferecer seus serviços para sociedade. Magistrados e servidores se uniram, cada um em suas casas, para aprender a lidar com novas ferramentas e, assim, conseguiram realizar audiências e sessões a distância, seja por videoconferência ou virtuais. Lembrando que há uma diferença entre elas.

“No julgamento virtual não há um encontro, cada julgador lança seus votos e os outros membros aderem ou divergem sem contato. Já na sessão por videoconferência, que chamamos de presencial, há uma interação entre os desembargadores e também com os advogados”, explicou o Desembargador Diógenes Barreto, da Câmara Criminal, onde tem ocorrido tanto

sessões virtuais quanto por videoconferência.

Inclusive, a Câmara Criminal foi a primeira, no âmbito do 2º grau de jurisdição, a realizar sessões com as novas modalidades. A primeira sessão virtual da Câmara Criminal ocorreu em 24 de abril e a primeira por vídeo no dia 12 de maio. Na primeira sessão



Juiz Eliezer Sousa Jr. foi o primeiro do TJSE a celebrar casamento por videoconferência



por videoconferência, foram colocados em pauta 173 processos, sendo que 153 foram julgados e 20 foram retirados de pauta.

Na sessão, que durou quase nove horas, foram registradas 28 sustentações orais de advogados. “Nesse momento de pandemia, onde não há a possibilidade de aglomerações e de sustentarmos os processos fisicamente, a Câmara Criminal ofereceu uma ferramenta que atendeu nossas expectativas. Acredito não ter havido nenhum prejuízo aos meus processos. Entendo que após a pandemia, a sessão por videoconferência deva ser colocada à disposição dos advogados”, sugeriu o advogado Fábio Fraga.

Ainda no âmbito do 2º grau, estão sendo realizadas sessões virtuais e por vídeo no Tribunal Pleno e nas 1ª e 2ª Câmaras Cíveis. O objetivo é dar andamento aos mais de quatro mil processos que aguardam para serem julgados pelas Câmaras Cíveis, Criminal e Pleno, considerada a incerteza quanto à data de retomada das sessões de julgamento presenciais.

Conciliação

As primeiras audiências de conciliação por videoconferência do TJSE foram realizadas no dia 22 de abril. Segundo a Juíza Maria Luiza Foz Mendonça, membro do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), inicialmente foram selecionados cerca de 300 processos, todos relativos a questões de família, para serem inseridos na pauta de conciliação por videoconferência.

Foi disponibilizada para as partes e conciliadores do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejusc) uma plataforma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chamada Webex Meetings. “Como sabemos que muitas pessoas não têm acesso ou não sabem lidar bem com esse tipo de tecnologia, a equipe de Tecnologia da Informação do Tribunal desenvolveu um tutorial de fácil compreensão para que a plataforma seja acessada”, informou a juíza, lembrando que as audiências podem ser feitas também via WhatsApp.

“Desde o primeiro contato que fizemos, as partes foram bem receptivas quanto à possibilidade de realização da audiência por videoconferência. Como nós temos o cuidado com a confidencialidade, pegamos o compromisso das pessoas antes para que nada do que fosse dito ali pudesse ser comentado fora daquele ambiente ou reproduzido e também solicitamos autorização das partes para publicação da imagem”, explicou Roque Ferreira da Silva Júnior, conciliador.

Casamentos

O casal João Paulo dos Santos e Karen Conrado, da cidade de Itabaianinha, entrou para história do Judiciário sergipano. Eles foram os primeiros a casarem a distância. A celebração ocorreu no dia 23 de abril, por videoconferência: eles no Cartório do 2º Ofício de Itabaianinha, com duas testemunhas e a escrevente Ísis

Tatiane Campos; já o magistrado Eliezer Siqueira de Sousa Junior a uma distância de 120 quilômetros, em sua residência, localizada na capital, Aracaju.

Para o Juiz, a celebração do casamento a distância, pelas redes sociais, não desnaturalizou o formalismo da cerimônia, uma vez que a pandemia do coronavírus impôs uma quebra de paradigmas quanto aos atos que antes eram somente praticados de forma presencial e fisicamente. “Mesmo com a pandemia, os atos precisam ser praticados obedecendo a lei. A realização desse casamento pelas redes sociais foi importante para que, de um lado, a formalidade fosse garantida e, de outro, que o ato fosse feito em conformidade com a lei; além de termos a Justiça apresentando uma resposta célere às necessidades sociais”, analisou o magistrado.

Casamentos a distância foram realizados por Juízes de outras Comarcas, a exemplo das cinco cerimônias presididas pela Juíza Adelaide Martins Moura,



Um advogado amigo da família informou a Karen e João Paulo que eles poderiam casar por videoconferência

de São Cristóvão, no dia 28 de abril. Conforme recomendação repassada com antecedência aos noivos, todos estavam usando máscaras de proteção e antes de adentrar ao cartório limpavam as mãos com álcool 70% em gel. O ambiente do cartório também foi higienizado a cada

celebração, cumprindo todas as recomendações sanitárias para a não propagação do novo coronavírus.

“Os noivos já estavam com os processos de habilitação para os casamentos em andamento antes da pandemia. Com a incerteza da retomada das atividades jurisdicionais presencialmente, eles corriam o risco de perderem o prazo da publicação. Resolvemos, assim, realizar as cerimônias, a fim de não prejudicar os casais e atender essa demanda que é tão importante”, ressaltou a magistrada, lembrando que após a habilitação, por lei, os nubentes têm o prazo de 90 dias para realizar o casamento. Após esse prazo, sem que haja o casamento, é necessário realizar nova habilitação.



Mesmo sem festa e longe da família, João Paulo e Karen enviaram bolo para amigos e parentes. A noiva chamou a festa de casamento delivery

#TjseNãoPara

Atos Cumpridos por
Servidores

1.267.598

55.331

Sentenças

43.506

Decisões

196.047

Despachos

1º e 2º Graus

Período: 16/03 a 16/06



PRODUTIVIDADE

Balanco de 3 meses em Trabalho Remoto



Pandemia não parou o Judiciário

Números de atos judiciais, administrativos e liberação de alvarás provam que magistrados e servidores continuam prestação jurisdicional de excelência

Mais de um milhão de atos cumpridos por servidores e 55.331 sentenças, 43.506 decisões e 196.047 despachos produzidos por magistrados. Este é o balanço da produtividade no Tribunal de Justiça de Sergipe nos três primeiros meses de trabalho remoto, iniciado em 19 de março. Os números, que são semanalmente levantados pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento do TJSE e repassados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), demonstram que o Judiciário não parou sua prestação jurisdicional mesmo com a pandemia do coronavírus.

Também é contabilizada a produção administrativa,

referente a todos os processos e documentos gerados e recebidos via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Nos três primeiros meses de trabalho remoto, foram gerados 4.439 processos e 35.609 documentos; além de 18.414 documentos recebidos. Ou seja, todos os atos, judiciais e administrativos, somaram mais de 1,6 milhão entre 19 de março e 19 de junho.

Alvarás

No mesmo período, o TJSE contabilizou a liberação de mais de 13 mil alvarás, que totalizaram quase R\$ 82 milhões. O objetivo da priorização na expedição de alvarás foi injetar recursos na

economia de Sergipe e do país, beneficiando partes e advogados, uma vez que tais valores, notadamente para os causídicos, referem-se a verbas de natureza alimentar.

Os magistrados foram sensíveis à recomendação da Corregedoria Geral da Justiça e priorizaram as determinações para expedição de alvarás de levantamento de valor, sua confecção e célere assinatura. Os alvarás, quando possível, foram expedidos com a finalidade 'Crédito em Conta', evitando que as pessoas se desloquem às agências bancárias, as quais estão com restrições de atendimento presencial, medida de controle ao avanço da Covid-19.



TJSE destina mais de R\$ 5 milhões para combater coronavírus

Verbas destinadas à Secretaria de Saúde de Aracaju foram aplicadas em equipamentos e materiais do Hospital de Campanha Foto: SMS/PMA

Verbas relativas a penas pecuniárias beneficiaram dez entidades da capital e interior

Testes rápidos de Covid-19, kits para entubação, equipamentos de proteção individual, álcool em gel e inúmeros outros materiais importantes para o combate ao coronavírus foram adquiridos por dez instituições de Sergipe, da capital e interior, frutos de doações feitas pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), que totalizaram R\$ 5.519.496,02. As doações foram possíveis a partir do Provimento nº 06/2020, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), que dispôs sobre a gestão e utilização dos valores depositados a título de medidas e penas alternativas durante a pandemia.

“Todos os valores destinados somente podem ser usados para

aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários para combater a pandemia da Covid-19. Cabe à Corregedoria e ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário gerir os valores. Tenho a certeza que, com esta ação, o Tribunal de Justiça de Sergipe cumpre um importante dever social. Nesse momento de tantas incertezas quanto ao novo vírus, creio que não deixamos de externar a contribuição e solidariedade do Judiciário”, enfatizou a Desembargadora Elvira Maria.

O Provimento nº 06/2020 foi publicado em 20 de março, um dia após o início do trabalho remoto no TJSE. Depois disso, a

CGJ publicou três editais, com as regras para que as entidades públicas ou privadas pudessem inscrever seus projetos e, se aprovados, receberem as verbas. A primeira instituição beneficiada, no dia 27 de março, foi o Hospital Cirurgia, localizado em Aracaju. A doação no valor de R\$ 1.464.435,38 permitiu a implantação de 20 novos leitos de UTI.

A Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju também recebeu uma das maiores doações: R\$ 1.327.291,25 referente ao Edital 2 e mais R\$ 130 mil do terceiro Edital. Os valores foram destinados à aquisição de equipamentos e materiais para o Hospital de Campanha da ca-

pital, como também para compra de mil testes rápidos de Covid-19.

O que é pena pecuniária?

A pena pecuniária é uma medida alternativa à prisão, punindo crimes de menor potencial ofensivo com o pagamento em dinheiro. É aplicada, em re-

gra, em sentenças inferiores a quatro anos de reclusão, de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, sem previsão de regime fechado. Os recursos são depositados em conta bancária vinculada às Varas de Execução Penal (VEPs) ou Varas de Medidas e Penas Alternativas (Vempas).

Apenas entidades públicas ou privadas com fim social e con-

veniadas ou de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde recebem a verba. A norma proíbe a escolha arbitrária e aleatória dos beneficiários. Por isso, os Tribunais publicam editais para selecionar instituições para firmar convênio. As entidades beneficiadas devem prestar contas do uso dos recursos na forma prevista pela Corregedoria de cada Tribunal.



Foto: Ana Lícia Menezes/PMA

“Sempre acreditei na parceria como instrumento para se alcançar grandes feitos na gestão pública e neste momento, em que atuamos para combater o coronavírus, esse meu pensamento tem se confirmado constantemente. Contar com a ajuda de entidades privadas, de instituições e de órgãos, como é o caso do Tribunal de Justiça, que nos doou cerca de R\$ 1,4 milhão para a construção do Hospital de Campanha, erguido no Estádio João Hora, tem sido funda-

mental. Estamos vivendo uma das maiores crises sanitárias da nossa história e isso tem exigido dos Estados e Municípios uma atuação completamente diferente. As cidades que têm antecipado as ações, como é o nosso caso, tem alcançado resultados melhores, tanto para evitar a propagação do vírus como para prestar atendimento àqueles que necessitam. Temos trabalhado fortemente para preparar o sistema de saúde, mas não conseguiríamos fazer tanto, em

tão pouco tempo, se não fossem os parceiros. Por isso, volto a agradecer o Tribunal de Justiça pela importante contribuição para o hospital de campanha, que tem nos possibilitado atender dignamente os pacientes que precisam, com leitos bem estruturados para baixa e média complexidade”.

Edvaldo Nogueira,
Prefeito de Aracaju

HOSPITAL DE CIRURGIA ABRE 10 NOVOS LEITOS

[Voltar à página inicial](#) » [Sem categoria](#) » [HOSPITAL DE CIRURGIA](#)

abril 6, 2020



No último domingo, 05, o Hospital de Cirurgia liberou 10 novos leitos de UTI para atendimento de pacientes com COVID 19;

A parte estrutural da nova UTI tinha sido entregue pela Unit no dia 24/03, desde então a mobilização aconteceu para que a montagem dos leitos fosse a mais rápida possível.

Para alcançar essa meta o Hospital de Cirurgia contou com o apoio de entidades como o Tribunal de Justiça de Sergipe – TJSE, que promoveu uma grande ação humanitária, destinando recursos de penas pecuniárias a instituições que estivessem se preparando pra assistir vítimas de COVID 19. “Fomos a primeira instituição a receber os recursos da estratégia TJSE, com ele adquirimos equipamentos médicos, mobiliário e Equipamentos de proteção individual-EPI além de materiais e medicamentos essenciais pra darmos início às esses 10 leitos” diz a Interventora Judicial, Márcia Guimarães.

O Cirurgia foi o primeiro a receber as verbas destinadas pelo TJSE e destacou a ação no site do hospital



Verbas destinadas à Secretaria de Saúde de Aracaju foram aplicadas em equipamentos e materiais do Hospital de Campanha Foto: SMS/PMA

CONFIRA A PRESTAÇÃO DE CONTAS COMPLETA

Instituição	Edital Convênio	Recursos liberados	Objeto
Hospital Cirurgia	Edital 01/20 - Convênio 01/2020	R\$ 1.464.435,38	Aquisição de materiais e insumos ao combate da pandemia da Covid-19, inclusive para a implantação de 20 (vinte) leitos de UTI
	Edital 02/20 - Convênio 11/2020	R\$ 225.400,00	Aquisição de 02 (dois) Equipamentos para entubação (Kits) e 01 (um) Aparelho de Ecografia (para realização de exames de ultrassonografias, ecocardiograma transtorácico e transesofágico) que servirão para apoio e complementação diagnóstica e terapêutica na Unidade de Terapia Intensiva – UTI, evitando o fluxo dos pacientes com COVID-19 nas dependências do Hospital.
	Edital 03/20 - Convênio 22/2020	R\$ 309.000,00	Aquisição dos equipamentos médicos complementares solicitados e nas quantidades: 1. avental descartável manga longa com punho 40gr - 6000 unidades; 2. avental manga longa com punho impermeável - 5000 unidades; 3. máscara N95 ou PFF-2 - 1000 unidades; 4. sistema de aspiração fechado nº 14 - 600 unidades; e 5. teste covid-19 AB Método Imunofluorescência - 20 kits

Hospital Amparo de Maria Estância	Edital 01/20 - Convênio 04/2020	R\$ 456.843,87	Aquisição de equipamentos, mobiliários, EPIs e insumos estratégicos para abertura e operacionalização imediata de 20(vinte) leitos em Unidade Hospitalar de Internamento e retaguarda em média complexidade inserido na Rede Hospitalar e de Urgência Estadual. Tendo sido deferido, inclusive o quantitativo de poltronas hospitalares e de escadinhas inox dois degraus, correspondentes aos vinte leitos.
	Edital 02/20 - Convênio 08/2020	R\$ 37.500,00	Aquisição exclusiva e específica de 250 (duzentos e cinquenta) testes rápidos para a Covid-19
	Edital 03/20 - Convênio 18/2020	R\$ 37.500,00	Aquisição exclusiva e específica de 150 (cento e cinquenta) testes rápidos para a Covid-19

Fundação Renascer	Edital 01/20 - Convênio 02/2020	R\$ 18.300,00	Aquisição de insumos necessários ao combate da pandemia Covid-19, especificamente nas Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Sergipe, sendo elas: CENAM,USIP, CASE1, CASE2, UNIFEM, UNIDADE DE SAÚDE, CEMEC E CASEM.
	Edital 02/20 - Convênio 09/2020	R\$ 15.000,00	Aquisição de 100 (cem) Kits para Teste Rápido COVID-19 que deverão ser destinados aos adolescentes e aos agentes que labutam nas Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Sergipe, quais sejam: CENAM, USIP, CASE 1, CASE 2, UNIFEM, UNIDADES DE SAÚDE, CEMEC E CASEM

Instituição	Edital Convênio	Recursos liberados	Objeto
Sociedade Amigos do Hospital Universitário (SOAHU)	Edital 01/20 - Convênio 06/2020	R\$ 459.050,00	Aquisição de equipamentos e insumos necessários ao combate da pandemia covid-19 a serem utilizados pelos profissionais de saúde
	Edital 02/20 - Convênio 12/2020	R\$ 85.177,00	Aquisição dos seguintes equipamentos específicos para Unidade de Terapia Intensiva e leitos de retaguarda e nas quantidades assinaladas: a) Vídeo Laringoscópio Portátil – 05 Unidades; b) Termômetro de Testa a Laser – 04 Unidades; c) Estetoscópio Adulto: 10 Unidades; e d) Colchão Pneumático: 06 Unidades.
	Edital 03/20 - Convênio 16/2020	R\$ 100.835,00	Aquisição dos seguintes insumos estratégicos, com os quantitativos definidos: a. Avental hospitalar para procedimentos - 2.000 unidades; b. Conjunto cateter de monitoração tipo arterial - 100 unidades; c. Cateter de monitorização arterial tamanho 4GR - 50 unidades; d. Espaçador para aerossol terapia (PUFF) - 50 unidades; e. Lenços umedecidos para banho - 1.000 unidades; f. Máscara de oxigênio adulto de não reinalação - 50 unidades; g. Reanimador manual uso adulto autoclavável - 30 unidades; h. Seringa dosadora oral 10 ml - 2.000 unidades; i. Seringa dosadora oral 20 ml - 3.000 unidades; j. Swab, material haste plástica - 2.000 unidades; l. Toalha seca parabano no leito - 100 unidades; m. Teste rápido covid-PCR - 1.000 unidades

Secretaria Municipal de Saúde de Araçaju	Edital 02/20 - Convênio 14/2020	R\$ 1.327.291,25	Aquisição dos equipamentos e materiais médico-hospitalares solicitados na seguinte proporção: a) EQUIPAMENTOS - cama hospitalar, 150 unidades; monitor cardíaco - 25 unidades; b) MATERIAIS - álcool gel, 5000 litros; luva cirúrgica estéril tamanho 7,0, 2000 unidades; luva cirúrgica estéril tamanho 7,5, 3000 unidades; luva cirúrgica estéril tamanho 8,0, 2000 unidades; luva cirúrgica estéril tamanho 8,5, 1500 unidades; óculos de proteção, 1000 unidades
	Edital 03/20 - Convênio 20/2020	R\$ 130.000,00	Aquisição exclusiva e específica de 1.000 (um mil) testes rápidos para a Covid-19

Hospital e Maternidade Nosso Senhor dos Passos São Cristóvão	Edital 01/20 - Convênio 03/2020	R\$ 57.638,20	Aquisição de equipamentos e insumos necessários ao combate da pandemia Covid-19 a serem utilizados pelos profissionais de saúde
	Edital 03/20 - Convênio 19/2020	R\$ 37.500,00	Aquisição exclusiva e específica de 150 (cento e cinquenta) testes rápidos para a Covid-19

Instituição	Edital Convênio	Recursos liberados	Objeto
Secretaria Municipal de Saúde de Itabaiana	Edital 03/20 - Convênio 17/2020	R\$ 145.507,82	Aquisição dos seguintes materiais médico-hospitalares: a. Óculos de proteção - 174 unidades; b. Protetor facial - 100 unidades; c. Máscara cirúrgica pacote com 50 unidades - 400 pacotes; d. Avental cirúrgico - 10.000 unidades; e. Luvas de procedimento caixa = 500 caixas; f. Luvas de borracha cano longo - 200 unidades; g. Máscara N95 - 600 unidades; h. Gorro descartável - 500 unidades; i. Avental impermeável - 40 unidades

Hospital e Maternidade Santa Izabel	Edital 01/20 - Convênio 05/2020	R\$ 250.000,00	Aquisição exclusiva de EPI para os profissionais de saúde
	Edital 02/20 - Convênio 13/2020	R\$ 47.690,00	Aquisição dos seguintes materiais médicos hospitalares, nas quantidades assinaladas: a) Kit laringoscópio completo adulto - 01 Unidade; b) Kit laringoscópio completo infantil - 01 unidade; c) Filtro barreira HMEF adulto - 40 Unidades; d) Filtro barreira HMEF pediátrico - 30 Unidades; e) Filtro barreira HMEF neonatal - 10 Unidades; f) Circuito de aspiração traqueal fechado nº 14 - 80 Unidades e g) Circuito de aspiração traqueal fechado nº 16 - 50 Unidades
	Edital 03/20 - Convênio 15/2020	R\$ 100.835,00	Aquisição dos seguintes materiais médicos hospitalares, nas quantidades assinaladas: a) álcool 70% - 500 litros; b) álcool à 70% comum - 200 litros; c) avental descartável manga longa - 1.000 unidades; d) luvas de procedimentos M - 30.000 unidades; e) luvas estéril cirúrgica nº 7,0 - 1.000 unidades; f) luvas estéril cirúrgica nº 7,5 - 1.000 unidades; g) luvas estéril cirúrgica nº 8,0 - 1.000 unidades; h) máscara de proteção N95 - 1.000 unidades; i) protetor facial - 500 unidades; j) touca descartável - 15.000 unidades.

Hospital São José	Edital 01/20 - Convênio 02/2020	R\$ 102.920,00	Aquisição exclusiva e específica dos seguintes EPIs: luvas estéril e de procedimento, máscaras, capotes, gorros e propés.
	Edital 02/20 - Convênio 10/2020	R\$ 22.500,00	Aquisição de 150 (cento e cinquenta) Kits para Teste Rápido COVID-19

Hospital São Luiz Gonzaga Itabaianinha	Edital 03/20 - Convênio 21/2020	R\$ 31.000,00	Aquisição dos seguintes materiais médico-hospitalares: a. Testes Covid-19 - 150 unidades; b. Máscara N95 ou PFF3 - 400 unidades; c. Máscara cirúrgica descartável - 1.000 unidades; d. Avental descartável - 100 unidades; e. Touca descartável - 500 unidades; f. Propés - 100 unidades; g. Protetor facial - 50 unidades
---	---------------------------------	---------------	--

Total		R\$ 5.519.496,02	
--------------	--	------------------	--

Fonte: CGJ/TJSE

Lives: Atividades do Judiciário são discutidas em conversas ao vivo

Em tempos de distanciamento social, temas como adoção, violência contra a mulher e sessões por videoconferência são abordados em bate-papos nas redes sociais

Dizem que as redes sociais aproximam quem está longe e afastam os que estão próximos. Mas diante da pandemia do coronavírus, elas têm sido fundamentais para troca de informações. Além das lives de shows, a

ferramenta está sendo bastante utilizada por órgãos que compõem o Judiciário. Durante esse período, magistrados do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) foram procurados por diversas instituições para participarem

de lives que abordaram temas relacionados à adoção, violência contra a mulher, atuação do Judiciário diante da pandemia, implantação de sessões e audiências por videoconferência, entre outros.

05 de maio

Sessões Virtuais e Sessões Ordinárias Presenciais por Videoconferência Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa)

A oportunidade de falar com os advogados partiu de um convite do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), por meio do Presidente Carlos Augusto Monteiro. Do TJSE, participaram os Juízes Auxiliares da Presidência, Ana Bernadete Andrade e Marcos Pinto, e o Diretor de Modernização Judiciária, Daniel Vilanova. “É extremamente importante esse canal de diálogo que travamos. Disponibilizamos o espaço para futuros

encontros que possam trazer esclarecimentos aos advogados que, naturalmente, como toda a população, estão preocupados com os dias que virão”, disse o Presidente do Cesa.

“A Emenda Regimental 04/2020 possibilitou que todos os recursos do TJSE, bem como os processos de competência originária do Tribunal, fossem julgados preferencialmente por sessão virtual, com exceção dos

casos em que o relator entender que, para aqueles processos, seria mais adequada sua análise, apreciação e votação numa sessão presencial”, explicou a Juíza Ana Bernadete. Existe um prazo de 5 dias entre a publicação da pauta e início da sessão virtual, lembrando que a sessão tem início à zero hora da sexta-feira, com prazo máximo de cinco dias, podendo ser concluída antes, desde que todos os votos estejam computados.



11 de maio

O enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no contexto da pandemia da Covid-19.

Academia Sergipana de Letras (ASL)

A Juíza Rosa Geane Nascimento, responsável pela Coordenadoria da Mulher do TJSE, participou de uma reunião da ASL transmitida pelo YouTube. Durante a conferência, a magistrada informou que entre os dias 19 de março e 30 de abril foram deferidas em Sergipe 204 medidas protetivas de urgência e que, este ano, já foram registrados oito feminicídios no Estado. Ela também disse que o município de Nossa Senhora do Socorro é o que concentra maior número de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

“A quarentena tem agravado os quadros de desespero. Se a relação entre o casal já não estava boa, ela se agrava muito mais. Há um crescimento nos casos de estupro marital, controle de privacidade, cárcere privado, exploração do trabalho doméstico, violência psicológica e também financeira, com muitos compa-

PARABÉNS DOUTORA ROSA

*José Firmino

A Doutora Geane nesta tarde
Em palestra na nossa academia
Trouxe a lume um assunto delicado
Que acontece durante a pandemia,
A agressão desumana e covarde
Que se tem cometido com frequência
Por um bando de homens desalmados
Com crueldade e muita violência.

Parabéns Doutora Rosa pela fala
Que a nós todos deixou bem
informados
Seu discurso foi bem absorvido
Pelo que se agradece esse legado
Vamos agora nos juntar com harmonia
No combate a violência contra elas
Um trabalho a ser feito noite e dia
Numa luta benfazeja e sem procelas.



Academia Sergipana de Letras

Cordel produzido no decorrer da palestra sobre Violência contra a mulher, neste período de pandemia, proferida pela Juíza de Direito do Estado de Sergipe, Dra. Rosa Geane, em sessão virtual da Academia Sergipana de Letras, do dia 11/05/2020.

neiros se apropriando do auxílio emergencial que milhares de mulheres têm direito”, lamentou a magistrada, que também falou sobre algumas ações da Coordenadoria da Mulher, a exemplo da campanha de combate à violência contra a mulher que foi publicada nas redes sociais do TJSE.

12 de maio

Sessões Virtuais e Sessões Presenciais por Videoconferência no Judiciário

sergipano

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Sergipe)



O convite para o workshop foi feito pela OAB/SE, através do seu Presidente Inácio Krauss, e foi transmitida no canal da Ordem no YouTube. Os Juízes Auxiliares da Presidência do TJSE, Ana Bernadete Andrade e Marcos Pinto, e o Diretor de Modernização Judiciária, Daniel Vilanova, explicaram aos advogados as Emendas Regi-

mentais que instituíram as Sessões Virtuais e as Sessões Presenciais por Videoconferência no Judiciário sergipano.

“O TJSE tem na questão da segurança e da qualidade uma preocupação, porque temos como primordial a garantia das prerrogativas dos advogados e das partes. Consideramos a

parceria com a OAB importante e esse diálogo quanto à necessidade de nos adaptarmos às novas situações. Repassaremos para o Presidente as pontuações feitas pela classe de advogados, uma vez que o TJSE prima por esse diálogo”, disse Marcos Pinto ao final do encontro virtual.

18 de maio

'Ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no enfrentamento da pandemia e as perspectivas do Judiciário para o pós-crise'

Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames)

O Juiz Auxiliar da Presidência do TJSE, Marcos de Oliveira Pinto, participou da 'Segunda Jurídica', evento virtual promovido pela Fames com o objetivo de auxiliar gestores municipais e classe jurídica sobre temas importantes. O encontro reuniu prefeitos, procuradores municipais e advogados. Marcos Pinto falou sobre as ações de combate à pandemia, virtualização de julgamentos e produtividade dos magistrados.

"Acompanhando as normatizações do CNJ, o TJSE também editou Portarias Conjuntas para disciplinar o trabalho diferenciado e o controle dos prazos processuais. Foi criado um Plano de Contingên-

Segunda JURÍDICA

TEMA: Ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para enfrentamento da Pandemia e perspectivas do Judiciário para o pós-crise

Segunda-feira, 18 de maio, às 19h.

Acompanhe através das nossas redes de comunicação:

- <https://meet.google.com/zqf-dwev-yxd>
- Fames Sergipe (YouTube)
- @Famessergipe (Instagram)

REALIZAÇÃO:

- EG - Escola de Gestão Gov. João Alves Filho
- CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS
- FAMES - Federação dos Municípios do Estado de Sergipe

PALESTRANTE
Dr. Marcos Pinto
Juiz de Direito e Juiz da Presidência do TJSE

PALESTRANTE
Dr. Marcos Vinicius Jardim
Conselheiro do CNJ e ex-presidente da OAB do Acre

PALESTRANTE
Carlos José da Silva
Presidente do CESA Nacional e sócio do Machado Meyer Advogados

DEBATEDOR
Cristiano Barreto
Advogado

MEDIADOR
Jorge Teles
Advogado

ciamento de Despesas, incluindo a implantação de um Gabinete de Crise, o qual conhece das medidas de contingenciamento e discute as ações visando à continuidade dos serviços", explicou Marcos Pinto na live.

25 de maio

Encontro Digital Adotar é Amor

Conselho Nacional de Justiça

Utilizando a hashtag 'Adotar é amor', o Poder Judiciário se mobilizou para comemorar o Dia Nacional da Adoção. A série de lives no Instagram foi iniciada às 12h30, no perfil do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Juíza Rosa Geane Nascimento falou sobre duas importantes ações da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do TJSE, a campanha 'Adoção: deixa crescer o amor' e o 'Projeto Encontros'. Em Sergipe, onde 62% das ações de adoção são concluídas em até 120 dias, há 15 adolescentes disponíveis para adoção e 357 pretendentes.

Rosa Geane interagiu com a Desembargadora Elizabeth Anache, Coordenadora da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), e com o Juiz Sérgio Luiz Ribeiro, Presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, Juventude e Idoso (Cevij). "Em 2009, iniciamos estudos porque, até então,

Encontro Digital
#AdotarÉAmor

ADOÇÕES NECESSÁRIAS:
PROJETO ADOÇÃO: DEIXA CRESCER O AMOR E PROJETO ENCONTROS

25 de maio
17h15 - @TJMSOFICIAL

LIVE
Desa. ELIZABETE ANACHE
COORDENADORA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TJMS

LIVE
Dra. ROSA GEANE NASCIMENTO
JUIZA COORDENADORA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TJSE

IMPORTANTE
Poder Judiciário do Estado de Sergipe
CNJ

a maioria dos pretendentes queriam adotar meninas brancas, de até um ano. Começamos fazer uma sensibilização para que esse perfil fosse modificado e, em 2015, 62% dos pretendentes já aceitavam adotar crianças acima de 3 anos", explicou Rosa Geane.

Ejuse aumenta ofertas de curso a distância

Temas diversos, inclusive sobre a pandemia do coronavírus,

O distanciamento social imposto pelo coronavírus não afastou servidores e magistrados da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse). Desde março, a Ejuse vem ampliando as possibilidades de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD). Os cursos online têm sido ofertados na própria plataforma escola e também através de parcerias com outras instituições do país.

Segundo a Chefa da Divisão de Ensino a Distância da Ejuse, Ana Valezca Rocha, a escola vem aumentando gradativamente a oferta de cursos no ambiente virtual. “Estavam previstos quatro capacitações por mês, mas, na plataforma, conseguimos colocar cinco no mês de março, seis em abril, e outros seis em maio”, explicou.

‘Noções essenciais de Direito do Consumidor’; ‘Liderança organizacional: estilos e técnicas’; ‘O Novo Código de Processo Civil: Procedimentos e Provas’; ‘Saúde mental e trabalho no Poder Judiciário’; ‘Licitações e contratos administrativos: aspectos teóricos’; ‘Gestão do tempo e comportamento’; Curso O

Emprego da Vírgula em 4 Lições; e Curso Básico de Segurança da Informação estão entre os cursos disponibilizados e/ou já realizados nesse período. De acordo com Valezca Carvalho, a Ejuse abre inscrições todas as quartas-feiras e as vagas se esgotam no mesmo dia na maioria dos cursos, demonstrando elevado interesse dos alunos. Patrícia Campos complementa informando que os servidores do TJSE já possuem uma grande familiaridade com a plataforma virtual, o que tem proporcionado esta grande adesão.

Magistrados



Conforme Débora Almeida, Coordenadora de Cursos para Magistrados, estão sendo realizados webinários, seminários pela internet, com questões judiciais

A Coordenadoria de Cursos para Magistrados da Ejuse também vem seguindo a programação de cursos a distância que já estava prevista desde o início do ano. Em abril, a escola realizou o curso ‘O consumidor na internet’; em maio, teve início o curso ‘Tribunal do Júri’; e, em junho, os magistrados participarão do curso ‘Depoimento especial da criança e do adolescente’.

“Paralelo a isso, estamos trabalhando para transformar alguns cursos, que seriam presenciais, em cursos na modalidade a distância”, anunciou Débora Almeida, Coordenadora de Cursos para Magistrados da Ejuse. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e outras



A Coordenadora de Cursos para Servidores, Patrícia Campos, disse que está sendo analisada a possibilidade de transformar cursos presenciais em EaD

escolas da magistratura e judiciais do país, a exemplo da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj), têm sido parceiras da Ejuse.

“Elas têm oferecido vagas, em cursos realizados por elas, a magistrados sergipanos. Isso nos auxilia e amplia a oferta de treinamentos para este público. A Enfam criou ainda o Centro de Apoio à Magistratura Covid-19, que é uma plataforma na qual existe um banco de dados de decisões, sentenças, notas técnicas, e um fórum permanente para a construção do saber coletivo”, ressaltou.

COM SAÚDE NÃO SE BRINCA

PODER JUDICIÁRIO
CENTRO ADMINISTRATIVO
DES ANTÔNIO CO

Novos hábitos de higiene na rotina do trabalho presencial

Centro Médico orienta servidores e explica medidas adotadas pela gestão para evitar disseminação da Covid-19

Utilizar máscaras, lavar as mãos com frequência, utilizar o álcool em gel espalhado pelas unidades, evitar aglomerações. Este é o 'novo normal' a ser adotado por magistrados, servidores e jurisdicionados do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) no retorno ao trabalho presencial. Segundo a Diretora do Centro Médico, Joana Oliveira, a pedido da Presidência foi elaborado um Protocolo de Retorno das Atividades Presenciais.

“Lavar as mãos com água e sabão por, pelo menos, 20 segundos, tendo a preocupação de também alcançar o início do antebraço é uma das melhores formas de prevenir a Covid-19

e muitas outras doenças infecciosas. O Tribunal demonstra um compromisso com a saúde de todos ao distribuir máscaras reutilizáveis, colocar dispensers para álcool em gel nas unidades, instalar protetores de acrílico nas recepções e buscar parceria com a Prefeitura

de Aracaju para desinfecção das unidades. Mas cada um deverá também fazer sua parte”, orientou a médica.



Diretora do Centro Médico, Joana Barboza, explica que só entrará nas unidades do Judiciário quem estiver de máscara



Desinfecção em sala do Anexo I do Palácio da Justiça, feita por equipe da Emsurb

Utilizar máscara, manter distância mínima de dois metros e evitar aglomerações são algumas das medidas a serem adotadas por servidores, magistrados e também por quem frequenta diariamente os fóruns, a exemplo de advogados, defensores públicos, promotores de Justiça e jurisdicionados. “O Protocolo também orienta que as reuniões sejam realizadas, preferencialmente, por videoconferência. Para que qualquer pessoa ingresse nas dependências das unidades haverá a medição obrigatória de temperatura. Se detectada febre, a pessoa será orientada a buscar uma unidade de saúde”, informou Joana.

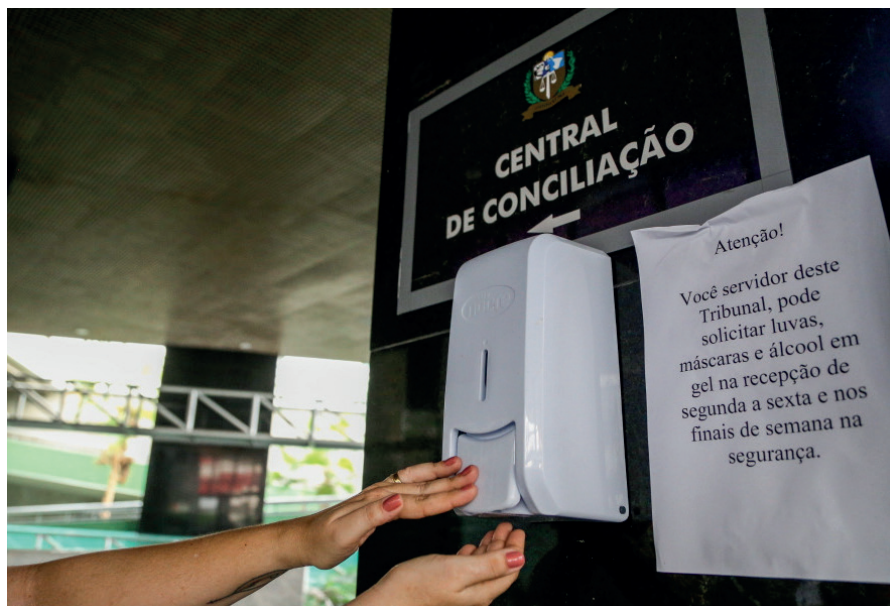
Desinfecção

Outra novidade na rotina do Judiciário sergipano é a desinfecção dos ambientes. A primeira foi realizada no Fórum Gumersindo Bessa, no dia 1 de junho, por uma equipe da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb), órgão da

Prefeitura de Aracaju. No dia seguinte, foi a vez do Palácio da Justiça e Anexos I e II. Conforme o Diretor de Administração do TJSE, Carlos Benjamim Carvalho, a desinfecção de unidades do TJSE será uma rotina, com critérios a serem definidos pelo Centro Médico do próprio Tribunal e orientação da Prefeitura de Aracaju.

O objetivo da desinfecção é diminuir a possibilidade de proliferação do coronavírus. Desde o final de março, a Prefeitura de Aracaju já realizou a desinfecção de quase 200 áreas públicas da cidade, utilizando, mais de 12 mil litros de hipoclorito de sódio e sabão esterilizante. Além de áreas como terminais, pontos de ônibus, mercados, praças e calçadas próximas a hospitais, a Prefeitura passou a esterilizar também partes internas de órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Durante a ação, são aplicados hipoclorito de sódio e sabão desinfetante, por meio de jato de alta pressão, eliminando o vírus que, porventura, esteja no chão, corrimão, paredes ou outros locais onde possa haver contato com a população. Todos membros da equipe de desinfecção foram treinados e atuam com equipamentos de proteção individual, como óculos, máscaras com filtro para gases, luvas, macacão e respirador facial.



Dispensers com álcool em gel foram colocados em todas unidades do TJSE na capital e interior



O TJSE adquiriu 12 mil máscaras, que serão distribuídas entre os servidores

Máscaras: acessório obrigatório para combate ao coronavírus

TJSE adquiriu mais de 12 mil máscaras reutilizáveis para distribuir entre servidores

Ainda no mês de maio, as 12 mil máscaras reutilizáveis adquiridas pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) começaram a ser distribuídas entre os servidores que estavam em trabalho presencial. O restante será distribuído assim que terminar o período de trabalho remoto. Cada servidor receberá, inicialmente, duas unidades. O Centro Médico do TJSE elaborou um documento com orientações para o uso, higienização e descarte das máscaras reutilizáveis.

Dicas para o uso da máscara:

- a máscara é de uso individual e não deve ser compartilhada;
- não utilizar a máscara por longo tempo (máximo de 3 horas);
- a máscara deve ser lavada separadamente de outras roupas;
- deixar de molho em uma solução de água com água sanitária ou outro desinfetante equivalente de 20 a 30 minutos;
- recomenda-se evitar mais que 30 lavagens;
- passar com ferro quente;
- mesmo de máscara, mantenha distância de mais de um metro de outra pessoa.

Campanha de vacinação beneficia grupos de risco

Vacinação contra os vírus H1N1, H3N2 e Influenza foi realizada no Fórum Gumersindo Bessa por sistema de drive thru

Não é só o coronavírus que está espalhado por aí. Com a chegada do período chuvoso em Sergipe, aumentam também os casos de síndromes gripais. Por isso, o Centro Médico do TJSE, em parceria com a Secretaria de Saúde de Aracaju, realizou uma campanha de vacinação para servidores que integram o grupo de risco: servidores e magistrados a partir dos 55 anos, gestantes, puérperas e portadores de doenças crônicas.

Em um sistema de drive thru, sem precisar sair do carro, a vacinação contra os vírus H1N1, H3N2 e Influenza B aconteceu no dia 2 de junho, no espaço coberto do estacionamento localizado ao lado da Central de Perícias, no Fórum Gumersindo Bessa. “É importante deixar bem claro que essa vacina não previne contra o coronavírus, mas ela melhora o sistema imunológico”, alertou Joana Barboza, Diretoria de Centro Médico do TJSE.

“Eu tomo essa vacina todo ano, tenho meu cartão guardado. Eu nunca mais gripei. Se tem um tempão que eu não gri-



Vacinação dos servidores aconteceu em estacionamento do Fórum Gumersindo Bessa

po, obviamente é por causa dela. É uma boa iniciativa do Tribunal porque evita que a gente vá para o posto de saúde. Tomar a vacina no nosso local de trabalho é bem mais

prático. O Tribunal está de parabéns”, elogiou Manoel Messias do Nascimento, técnico judiciário lotado no Protocolo do Fórum Gumersindo Bessa.



Servidor Manoel Messias conta que toma vacina anualmente e há tempos não tem gripe

De juiz do interior a Presidente do TJSE

A portrait of José Artêmio Barreto, an elderly man with white hair and glasses, wearing a dark suit, white shirt, and a red tie with blue and white stripes. He is looking directly at the camera with a slight smile.

Prestes a completar 82 anos, no dia 15 de julho, o Desembargador José Artêmio Barreto se orgulha ao dizer que foi escolhido para ser o juiz da primeira Vara de Assistência Judiciária do país, em 1985, chamada popularmente de 'Vara dos Pobres', por oferecer à população diversos serviços gratuitos. Só saiu de lá para assumir o cargo de Desembargador, em se-

tembro de 2000, pelo critério de merecimento. Conduziu a Presidência do TJSE no biênio 2007-2009, escolhendo para a gestão o tema 'Humanismo e Transparência'.

Em 2018, foi um dos primeiros magistrados a conceder entrevista ao *Projeto Vivas Memórias*. Na ocasião, falou sobre a infância, os professo-

res que marcaram a Faculdade de Direito, a trajetória judicante do interior à capital, o tempo em que contribuiu com a Justiça Eleitoral, a chegada ao 2º grau de jurisdição, as ações enquanto Presidente do TJSE e até a experiência como Governador de Sergipe, de 4 a 11 de janeiro de 2008. Confira alguns trechos da entrevista:

Vice-rei do Sul

“Em Boquim eu tive uma ascensão muito rápida porque com dois anos e um mês eu fui promovido para Estância. Durante quatro anos e um mês fiquei acumulando as duas Comarcas. E, nessa época, era Boquim, Pedrinhas, Riachão e Arauá. E Estância abarcava Santa Luiza e



Na formatura do curso de Direito, com os pais João Muniz Barreto e Josefa Alves Barreto

Indiaroba. Eu ainda fiquei seis meses respondendo por Tobias Barreto e dois meses por Itabaianinha. Daí, o Desembargador Pascoal Nabuco me deu a alcunha de vice-rei do Sul. Porque só tinha eu, um dia em cada Comarca. Um sacrifício muito grande. Mas eu não fui ser juiz para usufruir de benesses. Fui ser juiz para ser juiz”.



Discurso de Artêmio Barreto na posse como Juiz da Comarca de Estância, em 18 de setembro de 1981

Vara de Assistência Judiciária

“Estava, um dia, fazendo audiência em Estância, quando chegou lá a diretoria do Tribunal. O Presidente, Desembargador Luiz Carlos Fontes de Alencar, que depois foi Ministro; o Vice, que era o Desembargador José Nolasco de Carvalho; e o Corregedor, Desembargador Aloísio de Abreu Lima. Fiquei surpreso quando adentraram. A diretoria do Tribunal? Então, perguntei ao Desembargador Alencar, a quem eu chamava de professor, ‘o que houve?’ Ele disse que tinha ido me fazer um convite: que seria criada a 1ª Vara de Assistência Judiciária de Aracaju, um projeto novo no Brasil, e só instalaria se eu aceitasse. Até brinquei com ele, que nunca tinha ouvido dizer que a diretoria do Tribunal de Justiça chamasse um juiz do interior para ir para capital. Sempre ao contrário. O juiz ia pedir isso. Pensei, pensei e disse que depois daria uma resposta. Mas não tive saída. Terminei aceitando. Lá, onde tinha casamento, nascimento e óbito registrados gratuitamente, passei 15 anos. A Defensoria



Des. Artêmio ao assumir o governo de Sergipe, em janeiro de 2008. Foto: Gov. de Sergipe

Pública foi regulamentada em função das Varas de Assistência Judiciária. Além disso, tinha assistente social e o Ministério Público. Tudo funcionava como se fosse uma engrenagem. E funcionava bem. Sempre encontro pessoas que fazem referência àquela Vara. Para mim, foi o melhor projeto que o Tribunal construiu até hoje”

Presidente do TJSE

“Jamais alguém no Tribunal poderá dizer que eu faltei com o respeito com qualquer servidor. Acho que isso é fundamental. Apenas reconheci aos servidores o direito que achava que eles deveriam ter. Um dia,

meditando, tive a ideia de criar um hospital para os servidores. Mas não dava certo. Consultei médicos e diretores de hospitais e eles disseram que a despesa seria muito grande. Daí, surgiu a ideia do Centro Médico, mas não abarcaria exames. Então, um dia, chamei doutora Jussara (então Secretária de Finanças do TJSE) e disse a ela que queria criar um auxílio-saúde. Ela estudou e me trouxe a proposta. Inicialmente, incluindo só os servidores ativos. Eu disse para segurar a ideia. Quando ela disse que a arrecadação havia melhorado, incluímos os inativos. Na época, não dei aos magistrados. Era só para os servidores. Minha preocupação sempre foi o servidor”.

Como ser um bom magistrado?

“Ser magistrado não quer dizer ser o mais intelectual, o mais competente. Não, não. É saber ouvir, pensar duas vezes antes de decidir. E sempre fazer uma pergunta clássica: se fosse comigo? E honestidade. Honestidade não é só financeira. É de princípios. Levar a verdade ao nível que deve ser levada. E saber dizer não. Saber dizer não é uma arte. Alencar me disse uma vez que para ser juiz era necessário ter bom senso. Se soubesse Direito, melhor ainda”.

Borboletas - sua metamorfose e a Covid-19

Edson Ulisses de Melo

Desembargador do TJSE e ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Autor dos livros *Reflexões Cidadãs e Sabedoria Popular I e II*.



Estou no mosqueiro, praia ao sul da capital sergipana, isolado para me prevenir do coronavírus. A minha condição atual me enquadra no grupo de risco. Daí meu recolhimento que, fazendo um gracejo, digo que estou em prisão domiciliar, cuja decisão vem de um juiz que não conheço, sem direito à defesa, cujo advogado são os médicos, negado o direito ao devido processo legal, cuja pena é a morte.

Estou tendo oportunidade de mirar a natureza, contemplar as plantas, admirar a beleza jardim, a grama esparramando seu colossal tapete verde, às mini-ixsória floridas, a exuberância das rosas vermelhas. Tudo isto me leva a refletir um pouco sobre as suas origens. Vendo as borboletas fico a meditar sobre a sua formação até chegar ao seu estágio de voarem sobre as flores, num bailado desafiador e incessante, fazendo breve sobre suas pétalas macias e multicoloridas, propiciando um singular e inexprimível espetáculo diante de meus olhos atentos, inebriados com tanta beleza.





Volto-me a refletir sobre a origem dessas criaturas tão especiais que passam por nós e raramente lhes damos a merecida atenção. E somente nessas oportunidades de reflexão, podemos contemplá-las nessa dança, com tanta elegância e leveza, ao sobrevoarem as flores colhendo o néctar necessário para sobreviverem. Destaque-se, sem guardarem provisões para o próximo tempo, porque tem vida efêmera e nenhuma delas procura reservar para si mais que o necessário para a sobrevivência e por isso o alimento que procuram é suficiente para todas.

Mas de onde vem esses seres cuja vida ou existência encanta tanto? Por onde voam, sem nada exigirem pelo espetáculo ímpar que apresentam? Aparecem nas primeiras chuvas; os ovos que são cuidadosamente colocados sobre as folhas eclodem em larvas que logo são transformadas em lagartas, depois em crisálidas e, por fim, em borboletas. As lagartas, quando em grandes quantidades, podem destruir plantações inteiras, forçando o uso de pesticidas para sua destruição. É na transformação da lagarta em borboleta que se constata a mais perfeita metamorfose.

No momento, estamos a enfrentar uma fase de pandemia gerada pelo novo coronavírus, a Covid-19, cuja origem tem gerado polêmica no mundo da ciência. Sabe-se que se trata de um vírus que contamina o ser humano. Não o vemos a olho nu, portanto um inimigo invisível, que fez as nações mais poderosas ajoelharem-se. O homem se sentiu rendido, sem armas para combatê-lo, recorrendo ao isolamento. Muitos falecem, inclusive os profissionais da medicina, verdadeiros heróis nessa guerra insana, causando dor e sofrimento.

Fez o homem voltar-se para si mesmo, introspectivo, buscando a solidariedade, valor do qual se distanciou, perdeu referência, deixou de ter importância no seu dia a dia. Diante disso, resta a indagar: teria a Covid-19 servido como indicativo ao ser humano que existem elementos gerados pela natureza, desconhecidos, capazes de desafiar o conhecimento e a riqueza material do planeta e mudar o rumo da humanidade?

Como as borboletas têm a capacidade inata da metamorfose, creio que o ser humano atravessará este mar vermelho da pandemia do coronavírus com nova visão de mundo, com o coração cheio de amor, a alma plena de luz e compreensão, capaz de acolher e solidarizar-se com o próximo. Teremos uma metamorfose da humanidade, renovada tal qual fênix, renascida das cinzas, deixada pelo coronavírus, fazendo renascer um homem melhor capaz de destruir a semente do mal e fazer rebrotar eternamente o amor no seu coração.

O tempo passa desafiando o tempo
com vagar, descuidado e, no entanto,
às vezes parece que não temos tempo
de viver com intensidade os instantes
que ele nos dá com seu eterno canto...

Fala-se muito em perda de tempo,
se estamos envoltos em nossos sonhos
esquecemos, entretanto, com frequência
que o tempo que ganhamos é aquele
que perdemos esbanjando tempo.

E, só por vezes, nos apercebemos
que com ele se vão as nossas dores
ele constrói, destrói, tece sem pressa
as muitas malhas da existência:
sonhos, amores e dissabores.

Com ele, sem prontidão, segue a esteira
dos minutos, segundos e das horas
sem dar muita importância a essa vida
tornando-a assim tão passageira,
tornando-a assim tão passageira.

O tempo
Maria Norma Fontes Vieira
Juíza do TJSE aposentada

Se você também gosta de poesia, mande sugestões
para a Diretoria de Comunicação. Pode ser sua
própria poesia ou de algum poeta que você admira.
Entre em contato com a gente pelo e-mail
dicom@tjse.jus.br ou pelo WhatsApp institucional
da Dicom (79) 98128-5521.



**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

Disque 159

www.tjse.jus.br/ouvidoria



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE